

Brasil

Conjuntura Dados da Pnad Contínua mostram avanço na geração de vagas, sendo dois terços do total no NE

Desemprego recua para 6,8% no 2º trimestre

Camilla Veras Mota e Diogo Martins
De São Paulo e do Rio

Descolada dos demais indicadores de atividade, a taxa de desemprego continua em queda, mesmo quando submetida a metodologias diferentes da adotada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), atualmente o indicador oficial. No segundo trimestre de 2014, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, que abrange 3,5 mil municípios, o indicador chegou a 6,8%, ante 7,1% nos três primeiros meses de 2014 e 7,4% em igual período do ano passado.

Diante da relativa estabilidade da força de trabalho — cenário diferente daquele apresentado pela PME, que tem mostrado de maneira reiterada a diminuição da população economicamente ativa —, a geração de emprego foi a principal contribuição para a redução da taxa. No confronto com o segundo trimestre de 2013, a ocupação avançou 1,7%, enquanto a taxa de atividade — a proporção de indivíduos em idade de trabalhar que estão de fato empregados ou em busca de uma vaga — passou de 61,5% para 61,1. Nessa comparação, o Nordeste criou quase dois terços do total de vagas abertas — em números absolutos, cerca de um milhão de postos.

Para Bruno Campos, da LCA Consultores, os números reiteram a avaliação de que o único ponto

comum entre a Pnad Contínua e a PME, que deve ser substituída pela primeira no próximo ano, é a trajetória descendente da taxa de desocupação. “Esse movimento comum, na verdade, é uma coincidência, já que se dá por razões totalmente diferentes em cada uma das pesquisas. Na Pnad Contínua, pelo aumento da ocupação, e na PME, pela redução da população economicamente ativa”, diz.

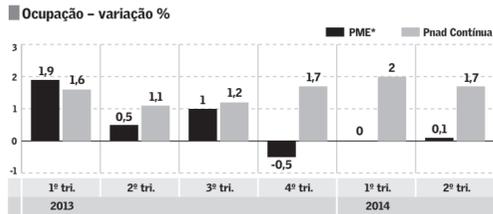
Apesar de ter uma série ainda curta, com início no primeiro trimestre de 2012, a Pnad Contínua mostra um mercado de trabalho mais dinâmico do que aquele das seis regiões metropolitanas da PME, afirma o economista, mas que também está desacelerando, como mostram os demais indicadores de emprego. Entre o primeiro e o segundo trimestres deste ano, o aumento da população ocupada passou de 2% para 1,7% em relação a iguais períodos de 2013.

A estabilidade da taxa de atividade, afirma Priscilla Burity, do banco Brasil Plural, é “a principal mensagem” que a Pnad Contínua tem passado. Ela aponta que o movimento de saída de pessoas do mercado de trabalho desde o fim do ano passado, apontado como principal razão para a redução da taxa de desemprego na leitura da PME — que passou de 5,4% para 4,9% entre setembro do ano passado e o mesmo mês deste ano —, não vale para todo o país.

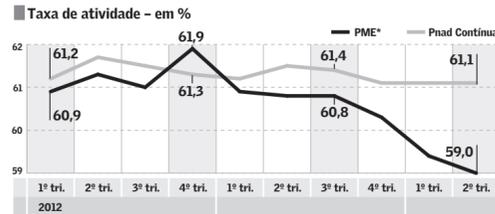
Isso acontece, segundo Priscilla, porque o Sudeste é “sobrerrepre-

Cenários diferentes

Comparação entre variáveis das pesquisas de emprego do IBGE



Fonte: IBGE. Elaboração: LCA Consultores *Apenas com população acima de 14 anos, média trimestral



sentado” na pesquisa oficial, que não inclui o Norte e o Centro-Oeste, onde a ocupação cresceu 2,4% e 2,5%, na comparação com o segundo trimestre de 2013, e o desemprego caiu de 8,3% para 7,2% e de 6% para 5,6%, respectivamente.

No Sudeste e no Sul, segundo a Pnad Contínua, o número de ocupados avançou 0,2% e 0,5%, no mesmo confronto. A taxa de desemprego, por sua vez, passou de 7,2% para 6,9% e de 4,3% para 4,1%, nessa ordem.

O coordenador de trabalho e rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cimar Azeredo, reiterou a dificuldade de examinar as duas pesquisas. “Não se pode comparar uma com a outra. São levantamentos com amostras, abrangências e metodologias completamente diferentes. Por isso, os indicadores não são comparáveis”, afirmou.

Dados sobre renda só virão em 2015

Do Rio

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou ontem que a Pesquisa por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua será divulgada com dados de rendimento a partir do dia 6 de janeiro, quando serão conhecidos os números referentes do quarto trimestre de 2014. Técnicos do instituto ainda fazem estudos que possibilitem à Pnad Contínua divulgar mensalmente dados de rendimento, taxa de desemprego e nível de ocupação. Os estudos ainda não estão concluídos, mas o objetivo do IBGE é que em fevereiro os dados mensais já comecem a ser publicados.

Dadas as incertezas sobre a Pnad Contínua divulgar dados

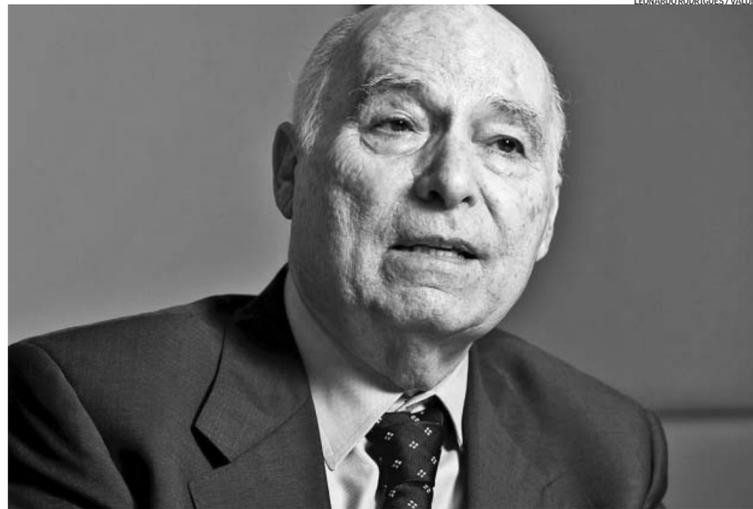
mensais já no início do próximo ano, existe a possibilidade de a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) continuar a ser divulgada em 2015, disse o coordenador de trabalho e rendimento do IBGE, Cimar Azeredo. Mais uma vez, ele disse que a PME só sairá de campo quando a Pnad Contínua for capaz de produzir dados mensais.

“A pesquisa não foi desenhada para isso [produzir dados mensais]. Estão em curso estudos que adaptem a amostra da pesquisa para a divulgação mensal. Houve uma solicitação forte da iniciativa privada, universidades, consultoria e governo. Estamos correndo para que aconteça [a divulgação mensal em fevereiro, tendo janeiro como referência]. Isso está previsto, mas pode ser que não

aconteça”, afirmou Azeredo.

Originalmente, os dados da Pnad Contínua referentes ao segundo trimestre deveriam ter sido divulgados em agosto. Mas, devido à greve de 79 dias de parte de funcionários reivindicando melhores condições de trabalho e aumento salarial, a direção do IBGE adiou a publicação.

A paralisação, iniciada em maio e terminada em agosto, afetou a coleta de dados nos Estados do Amapá, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal. Pelo mesmo motivo, o instituto reprogramou a divulgação da Pnad Contínua do terceiro trimestre de novembro, para 9 de dezembro. (DM)



Para o economista Vito Tanzi, além do corte de gastos, ajuste deveria contar com sistema tributário mais progressivo

“O governo tem feito política fiscal com instrumentos não fiscais”, afirma Tanzi

Flavia Lima
De São Paulo

Enquanto os países desenvolvidos têm que lidar com o esgotamento das políticas usadas para tentar retomar o crescimento econômico no pós-crise — como a elevação de gastos públicos ou os juros muito baixos —, o Brasil deve entrar em 2015 de olho em dois importantes desafios: a queda dos preços das commodities no mercado internacional e a necessidade de ajustes, especialmente na área fiscal, diz o economista italiano Vito Tanzi, PhD por Harvard e especialista em finanças públicas e tributação. “O governo tem feito política fiscal com instrumentos não fiscais e isso deve ser repensado”.

Na segunda vez no Brasil em um ano e meio, dessa vez a convite da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o ex-chefe da divisão de política tributária do Fundo Monetário Internacional (FMI) entre 1974 e 1981 diz que as eleições não o surpreenderam. Ele viu a distribuição dos votos pelo país como algo “interessante”. “As áreas mais pobres apoiaram o governo e as ricas, não. Não vejo isso como um problema, mas uma consequência das políticas que vêm sendo seguidas”.

Tanzi não nega que a preocupação com o excesso de gastos no Brasil — altos para um país com tal nível de desenvolvimento econômico — é legítima. Mas surpreende ao dizer que o ajuste, além do corte de gastos, deveria contar também com uma mudança no sistema tri-

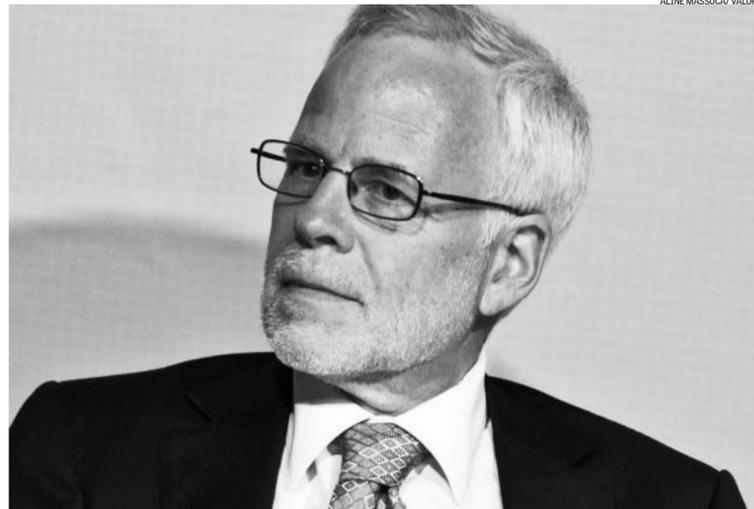
butário, muito focado em impostos indiretos que afetam especialmente os mais pobres. O economista se diz surpreso com o universo de pessoas que paga imposto de renda no Brasil e com a alíquota marginal mais alta cobrada, de 27,5%, “muito baixa pelos padrões internacionais. E esse é um país que tem uma das piores distribuições de renda do mundo”. A saída? Um sistema mais progressivo em que quem pode mais, paga mais.

Ao olhar para a economia global, Tanzi diz que não há muitos motivos para otimismo. Para ele, a crise econômica de 2008 provavelmente acabou em países como os EUA e a Irlanda, mas segue com efeitos importantes em outros, como Itália e Grécia. Segundo ele, a história mostra que, após atingir o fundo do poço, as recessões abrem espaço para um ciclo de crescimento. “Mas após seis anos, ainda estamos falando de seus efeitos, o que significa que a economia não reagiu como esperávamos”.

O economista reconhece que um ou outro país melhorou sua situação econômica ampliando gastos. “Uma vez que a situação não é tão grave quanto no pós-crise, os EUA, por exemplo, tendem a crescer mais rápido do que os outros países”, diz. “Ainda assim, depois de sete ou oito anos, não está crescendo o suficiente.” Para ele, é inevitável que o juro americano saia do nível mais baixo em 200 anos, mas espera que isso não seja feito de modo muito rápido, pois “esse foi o erro no passado”.

Quanto ao programa de compra de títulos americano, findo em outubro, Tanzi diz que ainda espera ser desafiado por dados que o convençam de que o impacto foi positivo. “Eu vivi os anos 70 e 80 na Europa, no Brasil, na Argentina, países em que a inflação foi ao céu. E ainda tenho que ser convencido que isso é um problema do passado”, diz. “Ainda não vejo nenhuma evidência de deflação, a não ser no Japão. Quando frequentei a escola, me diziam que a estabilidade de preços significava inflação zero. Agora, há essa ficção de que a estabilidade significa inflação de 2%. Quem decidiu que 2% é melhor do que zero?”.

Voltando ao Brasil, Tanzi diz que a queda mais forte do real pode ser vista por alguns como estímulo às exportações, mas avalia ser melhor encará-la como reflexo da percepção do mercado sobre o futuro da economia. Assim, se o governo corrigir alguns erros recentes, a taxa de câmbio deve parar de se depreciar. Quanto à possibilidade de rebaixamento da nota de crédito, Tanzi lembra que a Enron era uma das melhores companhias do mundo apenas semanas antes de explodir. “Tive contato com pessoas dessas agências e algumas vezes me impressionei com o fato de parecerem saber menos do que sabiam”, diz Tanzi, que fez parte do FMI por 30 anos. Feita a crítica, diz que tudo vai depender das políticas conduzidas pelo governo reeleito nos próximos meses.



Barry Eichengreen: “Não dá para tentar impulsionar a demanda para depois fazer reformas, não há sequência mágica”

Para Barry Eichengreen, “consolidação fiscal não precisa ter efeito recessivo”

Tainara Machado
De São Paulo

Um movimento em direção a um esforço fiscal maior pode não ter efeito recessivo no Brasil, se acompanhado de outras mudanças na política econômica, avalia Barry Eichengreen, professor de história americana na Universidade de Cambridge, no Reino Unido. No Brasil com uma agenda intensa de palestras, Eichengreen participa hoje do Encontro de Política Fiscal promovido pela Fundação Getúlio Vargas.

Em conversa com o Valor, o economista afirmou que alguma consolidação fiscal poderia resultar em um cenário mais positivo de crescimento no país, e não necessariamente em um ambiente recessivo como ocorreu na Europa, caso fosse acompanhado de alguma flexibilização da política monetária. A redução da taxa de juros contribuiria para desvalorizar a taxa de câmbio e incentivar exportações, o que reduziria os efeitos negativos da redução de gastos.

Ao mesmo tempo, diz, a menor participação do setor público na demanda poderia abrir espaço para aumento do investimento, que teria impulso também com alta da confiança dos empresários.

Uma questão relevante para o Brasil, diz, é que o mix de política econômica é ruim. Enquanto a política fiscal é frouxa, os juros tem que ser mantidos em nível bastante alto, o que prejudica investimentos, valoriza a taxa de

câmbio e inibe exportações.

O ajuste macroeconômico, porém, não poderá ser prioridade e tem que ser feito em conjunto com as reformas estruturais. “Não dá para tentar impulsionar a demanda para depois fazer reformas, não há sequência mágica para o Brasil, em que se faz algo agora e depois o segundo passo é mais fácil”.

Apesar dos desafios domésticos, o ambiente internacional pode ser um pouco mais favorável para o Brasil nos próximos anos do que no período mais recente, afirma o economista. “Acho que o mundo pode ajudar um pouco, à medida que Estados Unidos continuam a acelerar, o Japão também melhora e a China continue a crescer cerca de 7% ao ano”.

Em sua avaliação, a economia americana tem capacidade de sustentar taxas de crescimento próximas de 3% ao ano por um período mais longo do que creia a maioria dos analistas, já que há mão de obra disponível para ser absorvida pelo mercado de trabalho.

O retorno da população que acabou deixando a força de trabalho durante o auge da crise econômica dos Estados Unidos pode ser fonte de outra ajuda “extra” para o Brasil no front externo. Para Eichengreen, o comportamento da taxa de participação da população em idade ativa na força de trabalho será decisiva para determinar o momento em que o Federal Reserve (o Banco Central americano) vai voltar a subir juros. Em sua avaliação, esse movimento

pode demorar mais do que a maioria dos analistas supõe e ocorrer apenas em 2016, embora exista um elevado nível de incerteza em relação a essa questão.

Em sua opinião, é improvável que jovens entre 18 e 25 anos, por exemplo, não voltem a procurar um emprego com a recuperação da atividade. “Nos Estados Unidos, não temos uma cultura e uma sociedade em que as pessoas podem morar na casa dos pais para sempre, ou que pessoas com 55 anos fiquem fora do mercado de trabalho, então acho que essa população vai voltar a procurar emprego, e isso vai manter o Fed parado por mais tempo do que a maioria acredita”.

Já a situação na Europa é bem menos animadora, pondera. Uma combinação de problemas estruturais, como baixo crescimento da força de trabalho e energia cara, e erros na condução da política econômica no pós-crise fazem com que a Europa enfrente baixo crescimento e risco de deflação.

Neste cenário, o BCE precisaria adotar uma política no estilo “shock and awe” (chocar e impressionar, em tradução literal), o que não é possível porque há oposição da Alemanha e de outros países, por exemplo. “O BCE só consegue se mover em pequenos passos, e isso não é suficiente para combater deflação. Então a política do banco vai ser suficiente para manter a zona do euro unida, mas não é forte o suficiente para evitar uma década perdida na região”.